

Tensões criativas e inovações táticas no movimento sindical urbano: os casos dos teleoperadores e dos rodoviários no Rio de Janeiro*

Creative tensions and tactical innovations in the urban union movement: the cases of telemarketers and bus drivers in Rio de Janeiro

Carlos Takashi Jardim da Silveira [I]
Camila Souza Menezes [II]
Natália Cindra Fonseca [III]

Resumo

Este artigo analisa as experiências recentes de ativismo sindical de duas categorias de trabalhadores do setor de serviços urbanos: os teleoperadores e os rodoviários. Mais especificamente, são tratados como objetos a greve dos teleoperadores do estado do Rio de Janeiro, em 2014, e a luta dos rodoviários cariocas entre a criação do Sintraturb-Rio, em 2009, e a greve de 2014. Argumenta-se que o ciclo de protestos iniciado em 2013 revelou e reforçou o entrelaçamento entre a luta pelo direito à cidade e a luta por condições dignas de trabalho nos grandes centros urbanos. As tensões criativas entre gerações distintas de militantes e as inovações táticas observadas nos casos dos teleoperadores e dos rodoviários no Rio de Janeiro apontam nessa direção.

Palavras-chave: tensões criativas; inovações táticas; movimento sindical urbano; teleoperadores, rodoviários.

Abstract

This article analyzes recent experiences of union activism displayed by two categories of workers in the urban services sector: telemarketers and bus drivers. More specifically, the objects analyzed here are the telemarketers' strike in the State of Rio de Janeiro in 2014 and the struggle of Rio de Janeiro's bus drivers between the creation of Sintraturb-Rio, in 2009, and the 2014 strike. We argue that the cycle of protests initiated in 2013 has revealed and reinforced the interweaving between the struggle for the right to the city and the struggle for decent working conditions in large urban centers. The creative tensions between different generations of militants and the tactical innovations observed in the cases of telemarketers and bus drivers in Rio de Janeiro point towards this conclusion.

Keywords: creative tensions; tactical innovations; urban union movement; telemarketers; bus drivers.



Introdução

O final do século XX e o início do século XXI foram marcados por mudanças. As intensas transformações trazidas pelo processo de globalização estabeleceram-se nas últimas décadas em todo o mundo, modificando, de forma contraditória e heterogênea, padrões econômicos, políticos, sociais e culturais, conformando a sociedade contemporânea.

Como processo consequente à nova fase do capitalismo, sobretudo provocada pela sua financeirização, instalou-se também uma crise urbana. No Brasil, o aumento da especulação imobiliária, a facilidade de acesso ao crédito para compra de carros e o investimento insuficiente em transporte público transformaram os centros urbanos brasileiros em espaços cada vez mais caros e com baixa mobilidade. O aumento dos preços de moradia, principalmente nas áreas centrais, fez com que se intensificasse o processo de expansão periférica da cidade, aumentando, ainda mais, a distância da classe trabalhadora do seu local de trabalho e o tempo gasto nesse deslocamento.

Nesse processo de transformações, os padrões de trabalho e de todo o universo de atores, normas e práticas que os constituem também se reconfiguraram. Os efeitos dessas mudanças sobre as formas e relações de trabalho, bem como sobre as ações dos trabalhadores, manifestaram-se de maneira diversa internacionalmente, e todo o conjunto social sentiu fortemente a repercussão de tais mudanças no mundo do trabalho. No Brasil, a flexibilização, o adoecimento e a intensificação da jornada são as marcas dessas transformações (Antunes, 2018).

Não é de se estranhar que o conjunto da precariedade em seus múltiplos aspectos da vida do trabalhador urbano iria eclodir em uma grande onda contestatória. As jornadas de junho – manifestações de massa que ocorreram entre junho e agosto de 2013 nos principais centros urbanos brasileiros – trouxeram para a cena pública um ator que estava desmobilizado há quase duas décadas: a juventude. Enquanto as manifestações se desenvolviam em toda a sua pujança, uma pergunta pairava no ar: diante de tantos protestos e mobilizações nos quais os jovens davam a tônica, por que os sindicatos não estavam entre as forças motoras daquele mar revoltoso de gente? Aumentando o vazio da ausência dessas organizações no cenário, uma greve geral foi convocada, pelas redes sociais, sem que os sindicatos, como outrora, protagonizassem a convocação. Quando, finalmente, apareceram em cena, quase em resposta alternativa àquele chamamento, no “dia nacional de lutas”, pareciam um tanto em descompasso quantitativo e qualitativo com tudo o que se passava.

A partir do que seria essa disjuntiva, poder-se-ia refletir sobre o lugar tradicional dos sindicatos como canal de organização e condução de conflitividade na sociedade brasileira. Neste artigo, propomo-nos a fazer esse debate levando em conta um contexto que articula um novo desenho na composição das classes sociais, manifestações que trazem a lume um conjunto difuso de demandas e inquietação social e a atuação dos sindicatos diante desse novo contexto.

A opção de investigar o papel e as mudanças nos sindicatos nessa nova conjuntura global parte da premissa de que as diferentes respostas dos sindicatos nacionais ao advento

do protagonismo político da juventude trabalhadora, em condições precárias de vida e de trabalho, representam uma oportunidade ímpar de pensar, a partir de uma angulação particular, formas e dinâmicas da ação coletiva em sua condução de conflitividade social.

Como argumenta Braga (2017), o ano de 2013 foi o marco para uma nova era de luta de classes no País, uma ruptura com a passividade produzida pelas conquistas no âmbito institucional na década anterior e uma nova relação geracional com a luta. Novos atores, sobretudo jovens, procurando novas saídas. Instaure-se, assim, um novo ciclo grevista. A luta pelo direito à cidade e a luta por condições dignas de trabalho se entrelaçam nos grandes centros urbanos. As greves e as mobilizações dos trabalhadores voltam às ruas, ocupam a cidade e não se limitam mais aos arredores dos locais de trabalho.

Além disso, mesmo com uma nova composição da classe trabalhadora, sua precarização no mundo do trabalho contemporâneo e a emergência de novos atores, os sindicatos não se atualizaram na mesma velocidade. De maneira geral, gerações que outrora protagonizaram momentos de combatividade permaneceram dirigindo e hegemonizando os sindicatos, deixando pouco espaço para renovação. Paulatinamente, essas organizações perdem relação com as mais novas questões e necessidades da base que representam.

Nesse sentido, o presente artigo dedica-se a discutir as mudanças nas condições e relações de trabalho e as respostas coletivas de duas categorias importantes do setor de serviços no Rio de Janeiro que foram lideradas por novos atores em 2013 e 2014, os teleoperadores e os rodoviários.

Na próxima seção, discutiremos brevemente a nova formatação da classe trabalhadora urbana no setor de serviços e apontaremos como os conflitos entre diferentes gerações de trabalhadores pressionam os repertórios de ação coletiva, bem como a estrutura de suas organizações, a se transformarem. Na terceira e quarta seções, apresentaremos dois casos emblemáticos desse novo ciclo grevista, marcados pela tensão entre diferentes gerações de sindicalistas, as greves dos rodoviários cariocas de 2013 e 2014 e a primeira greve do teletendimento na cidade do Rio de Janeiro, realizada em 2014. Então, teceremos nossas considerações finais.

O novo proletariado de serviços e a transformação dos repertórios de ação coletiva

Um debate muito recorrente na sociologia do trabalho é sobre o futuro do trabalho. Qual é a dimensão e a profundidade do impacto das novas tecnologias sobre o trabalho? Do avanço exponencial da mundialização das redes de produção? Quais têm sido as consequências da comunicação rápida e global? Como o mundo do trabalho tem se transformando ao longo do século XXI? Se anteriormente se acreditava que o aumento da tecnologia traria diminuição da jornada de trabalho e aumento da qualidade de vida da classe trabalhadora, a era digital em curso tem provado o contrário: trabalho desumanizado, intenso e que faz adoecer.

Assim, como Antunes argumenta, em vez do fim do trabalho, estamos vivenciando o crescimento exponencial de um novo proletariado, fortemente no setor de serviços, em situações precárias. Seria a servidão digital, em pleno século XXI (Antunes, 2018, p. 30). A precarização, garantida sobretudo através da flexibilização das relações de trabalho, é o ponto-chave contemporâneo dessa nova etapa. Assim, a “pejotização”, o trabalho intermitente, informal ou temporário, associado à fixação de metas inalcançáveis e ao prolongamento e à intensificação das jornadas impõem, ao trabalhador, uma realidade mais dura, insegura e alienante. Se, antes, imaginava-se que no futuro os trabalhadores seriam substituídos por robôs, hoje – sobretudo nos países onde a regulação do trabalho está mais frágil – tem-se a certeza de que a tentativa é robotizar os trabalhadores. Seja nas intensas jornadas de trabalho do *telemarketing* seja nas longas jornadas dos rodoviários, a precariedade e o adoecimento são os fios condutores da situação dos trabalhadores urbanos no setor de serviços.

Há diferentes conceitos usados para abordar esse sujeito social do mundo do trabalho contemporâneo: o “infoproletário”, de Antunes e Braga (2009); o “cibertariado”, de Huws (2009); ou até mesmo o “preariado” de Braga (2012). Todos eles trazem em comum, dentre outros elementos, a idade e a ênfase nas atividades de serviços. O setor de serviços, em muitas partes do mundo, e não seria diferente no Brasil, é a maior porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho. Ao se inserirem nele, essas novas gerações são submetidas a formas de opressão do trabalho ainda mais agressivas e alienantes. Além disso, o que era apenas uma porta de entrada e uma experiência passageira,

torna-se o padrão de trabalho encontrado ao longo de toda a vida. Não por exagero, Rodrigues (2016) salienta que estamos diante de uma crise civilizatória.

Essas mudanças ocorreram com muito mais velocidade no mercado de trabalho do que nas organizações sindicais. O movimento sindical brasileiro desenvolveu-se, como em outros países, sob um modelo de produção baseado em pilares, agora, em franca corrosão ou já não mais existentes. Durante o período fordista, a classe trabalhadora era predominantemente masculina, majoritariamente formal, concentrada em grandes locais de trabalho, com trabalhadores em tempo integral para um padrão evidente. Com as transformações do modelo de produção e da morfologia da classe trabalhadora, o movimento sindical passou a ter muitas dificuldades em lidar com trabalhadores mais diversos e regidos por relações de trabalho mais inseguras e complexas. Os jovens trabalhadores precários têm novas demandas, uma nova composição e, muitas vezes, uma nova forma contestatória.

Outro momento de ruptura como esse foi o final da década de 1970. A resistência e luta metalúrgica na região do ABC Paulista surgiram e inspiraram toda uma geração de novos militantes sindicalistas, não só no estado de São Paulo, mas em todo o Brasil. Emergia o “novo sindicalismo” em plena ditadura militar brasileira. Essa geração em seu tempo tensionou estruturas já desgastadas de representação classista para renová-la, mas, por ironia histórica, permaneceu nos sindicatos e, de forma geral, ao longo do tempo, não promoveu renovação. Assim, a herança sindical do ABC (Tomizaki, 2005) é a fórmula de luta ainda em vigor na maior parte dos sindicatos combativos

no Brasil e no Rio, mas baseia-se em uma composição e condições da classe trabalhadora já, em sua maioria, superadas no País.

Nesse sentido, o confronto entre velhas práticas e novos atores tensionam e transformam os repertórios de ação coletiva dos trabalhadores. Assim, a nova conjuntura econômica e a força mobilizadora de 2013 trouxeram a necessidade de transformar e ressignificar os repertórios de ação coletiva. Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009, pp. 24-25),

as ações dos movimentos sociais assumem a forma de repertórios: números limitados de desempenhos alternativos historicamente estabelecidos ligando reivindicadores a objetos de reivindicação [...]. Os repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores.

Na historicidade dos repertórios, passado e presente articulam-se. Um opera sobre o outro. Mais do que uma anulação de um pelo outro, há aí uma tensão entre ruptura e continuidade, entre reforma e permanência, entre inovação e persistência. Ainda segundo esses autores (ibid., p. 25),

Os repertórios existentes corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência, refletindo suas lógicas instrumental e expressiva muito diferentes. A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade [...]. O uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e, dessa forma, encoraja a inovação tática.

Os trabalhadores buscaram imaginar como lidar em termos de continuidades e rupturas

claras com o mundo anterior. As mudanças, entre outras, no quadro político geral, no Estado, no capitalismo, nas empresas, no perfil da classe trabalhadora, nas formas de organização e representação, pareciam impor uma necessária “frenagem de arrumação” e arguição dos instrumentos disponíveis, para que eles pudessem servir ao tempo presente que se abria.

Trabalhadores e sindicatos vão lançar mão de instrumentos já clássicos, ainda que, às vezes, de forma bastante distinta em termos de orientação, em busca de inovações táticas, como veremos no caso das greves dos rodoviários e do teleatendimento. A partir de diversas injunções e possibilidades, os ciclos de ação coletiva vivem suas fases de mobilização e de desmobilização (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009).

Em 2013, quando as mobilizações tomaram as ruas, um de seus elementos foi uma irrupção contestatória de insatisfação social com o regime, contra a “ordem estabelecida”, crítica aos governos e à parte da esquerda tradicional e seus movimentos. Passou a ser posta sob questionamento uma ampla parcela de militantes sindicais e de partidos de esquerda que atuaram no e para o ascenso das mobilizações em períodos anteriores.

Muitas razões produziram esse afastamento ao longo dos anos. Mas existem duas, no caso brasileiro, que nos parecem determinantes: a aproximação com os governos da chamada “Era Lula” e o envelhecimento das direções sindicais, sua baixa renovação. Assim, de maneira geral, foi diminuindo a capacidade crítica dos sindicatos historicamente combativos diante desses governos e aumentando a distância das demandas cotidianas de novos grupos de trabalhadores.

Isso produziu um campo fértil para que os próprios sindicatos fossem questionados, tanto como espaço institucional de ação possível, quanto em termos de suas possibilidades como movimento, dotado de uma “estrutura de mobilização”, de “enquadramentos da ação” e de “repertórios de ação coletiva” (ibid.). Esse tipo de visão fez com que essas entidades fossem criticadas, visando à construção de alternativas a elas.

Mas, como em outros ciclos de ação coletiva, acabaram-se apresentando tanto persistências nos repertórios de ação coletiva já tradicionais quanto inovações táticas visando à sua maior eficácia instrumental. Interessante tentar perceber os intercruzamentos entre grupos, períodos históricos e posições em termos mobilizatórios nesses novos ciclos de ação coletiva, principalmente deslançados a partir de 2010.

Com mais detalhes, veremos, nas próximas seções, esses conflitos e o potencial de transformação da luta organizada dos trabalhadores. A tensão criativa existente entre os novos atores do movimento sindical e seus sindicatos gerou, nos casos dos trabalhadores do *telemarketing* e dos rodoviários, inovações nos repertórios de luta e nos meios de se organizar e mobilizar que apontam para uma nova forma e dinâmica de ação coletiva da classe trabalhadora.

A greve do *call center* de 2014: a juventude entra em cena

No Brasil, o *call center* tornou-se uma das principais portas de entrada dos jovens no mercado

de trabalho, tornando-se fundamental analisar esse setor para compreender como se comporta politicamente a juventude protagonista desse ciclo de protestos quando está alocada dentro do mundo do trabalho. Sujeitos a novas formas de contratos flexíveis, os jovens encontraram novos repertórios para manifestar sua insatisfação social, com novas formas de convocatória das mobilizações, influência de uma agenda internacional e distância da maioria da direção dos sindicatos.

Dessa forma, um exemplo importante é a experiência da greve dos trabalhadores do *telemarketing* na cidade do Rio de Janeiro realizada em dezembro de 2014. Conforme afirmamos, entendemos que a indústria do *call center* é um rico espaço de análise dos desafios dos sindicatos e das transformações do proletariado brasileiro, em especial, com relação ao jovem. A escolha da greve do Rio de Janeiro justifica-se pela amplitude que alcançou e por ser uma das pioneiras e principais greves desse setor no Brasil, atingindo os *sites* das duas maiores empresas de teleatendimento, Atento e Liq (antiga Contax).

Criado em 1926, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro – Sinttel-Rio – é um dos mais tradicionais sindicatos da classe trabalhadora. Os anos 1980 marcaram um dos períodos de maior mobilização, com 5 greves vitoriosas que resultaram em ganhos para os trabalhadores. Motivados por essas conquistas, nos anos 1990, realizaram-se cerca de 10 greves, com alto índice de participação da categoria, mas sem obter o mesmo êxito da década anterior. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o sindicato sofreu uma grande derrota, com a aprovação da

privatização do setor de telecomunicação do País, que resultou em demissões em massa e em uma reestruturação do setor. Os trabalhadores em telecomunicações tiveram que conviver com uma nova dinâmica de trabalho, bem como com maior heterogeneidade de condições e relações de trabalho.

O Sinttel-Rio representa todos os trabalhadores de telecomunicações do estado do Rio de Janeiro, dividindo-os nas categorias de rede, teleatendimento e operadoras. A categoria dos teleoperadores começou a ganhar peso no final dos anos 1990 e entrou em forte ritmo de expansão nos anos 2000. Foi incorporada como categoria de representação do sindicato logo depois do processo de privatização, como meio de fortalecimento do sindicato após as derrotas sofridas. Segundo dados de 2016 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho (MTE), atualmente a maior base de trabalhadores do setor de telecomunicações é formada pelos trabalhadores de teleatendimento, que representam cerca de 44,9% do total da representação do sindicato no estado do Rio de Janeiro.

Ruy Braga (2012) afirma que no Brasil 96% das centrais de teleatendimento foram criadas após 1990, sendo 76% a partir de 1998, ano da privatização. Dessa forma, é praticamente possível dividir a história do setor de telecomunicações entre antes e depois da privatização. Os números de filiados na base ilustram isso. Segundo o que Cindra (2018) aponta em seu estudo, ao final da década de 1990, o Sinttel-Rio chegou a ter 90% de sua base filiada (Silva, 2010; Jatahy, 2013). Hoje conta com uma taxa de sindicalização de 26%, ainda assim, maior do que a taxa nacional, que é cerca de 19%. Desse total de filiados, 30%

são do setor de teleatendimento. Ou seja, em que pesem serem majoritários na base, os teleoperadores não são maioria dos trabalhadores sindicalizados. Os números da juventude, segmento preponderante nos teleoperadores, ainda são menores que a taxa nacional. No sindicato, apenas 17% dos filiados são jovens, e até 2013, não havia nenhum jovem na direção executiva do sindicato.

O Sinttel-Rio conta com uma estabilidade na gestão desde 1983, quando o atual núcleo duro de direção do sindicato foi eleito pela primeira vez – e desde a luta contra a privatização das telecomunicações, o Sinttel-Rio tem o mesmo presidente. Esse grupo carrega consigo a herança do sindicalismo fordista em seus repertórios de ação coletiva e a marca da luta pela redemocratização da geração do novo sindicalismo. Desde o período de incorporação dos teleoperadores como base do sindicato, estão em contato duas gerações de trabalhadores: uma que teve sua experiência política construída no auge do Sinttel-Rio e outra que tem sua experiência política forjada em processos amplos de mobilização, em que o peso do sindicato como convocador e organizador é consideravelmente menor. Dentro do sindicato, o avanço desigual da precarização também é uma marca distintiva entre os trabalhadores. De um lado, observa-se um perfil de sindicalista mais tradicional, construído nas relações de trabalho com carreiras mais estáveis nas empresas públicas. De outro, perfis mais diversos formados por trabalhadores precários, terceirizados e com contratos mais flexíveis.

Para enfatizar a gravidade da situação de precarização do trabalho nos *call centers* em São Paulo, Ruy Braga (2012) afirmou que 62% dos teleoperadores tinham doenças provindas

do trabalho, como lesões de esforço repetitivo, tendinites, quadros depressivos agudos, infecções urinárias (por não serem permitidas repetidas pausas para usarem o banheiro), obesidade, controle hipertensivo, surdez e calos vocais (ibid., p. 190).

Uma trajetória emblemática para compreender o conflito geracional da categoria é a do jovem militante Rêneo dos Santos. Tendo tido experiência como militante do movimento estudantil, ele começou a trabalhar como teleoperador e indignou-se com a precariedade do trabalho de sua categoria: intensas jornadas, poucas pausas, metas inalcançáveis e frequente adoecimento. Como já possuía experiência de militância, Rêneo procurou o sindicato para conversar sobre os problemas oriundos do trabalho precário. Segundo as entrevistas que concedeu, ao encontrar um sindicalista mais velho que não deu atenção para suas queixas, ele resolveu organizar um movimento autônomo de luta para atuar junto a sua categoria. O movimento fortaleceu-se e, a partir deste, compôs-se uma chapa de oposição para a eleição da direção do sindicato. No entanto, ao fazer isso, o movimento chamou a atenção dos diretores sindicais e, então, ele foi chamado para compor a diretoria. Segundo Cindra (2018), essa prática de chamar para compor, ou de "composição", é uma marca da forma de fazer política da geração do novo sindicalismo que dirige o Sinttel-Rio.

Os principais compromissos da composição foram a incorporação do Rêneo na executiva do sindicato e o apoio do Sinttel-Rio na construção da primeira greve de teleoperadores. Com liberação para trabalhar pelo sindicato a partir de setembro de 2014, Rêneo

voltou sua militância para a organização das paralisações e da greve da sua categoria.

A greve de 24 horas realizada no dia 17 de dezembro de 2014, até ser convocada e realizada, contou com disputas internas dentro da diretoria do sindicato. Os trabalhadores do *telemarketing* são uma categoria inexperiente politicamente em greves, e isso gerava desconfiança e dúvidas em parte dos diretores sobre até onde ir, quais eram os limites e se era possível confiar que atenderiam ao chamado da paralisação. Havia uma ideia predeterminada de que era impossível construir a greve do *telemarketing*. Os elementos que contribuíam na disputa interna a favor da construção da greve eram as várias paralisações que vinham acontecendo em crescente desde o início de novembro, quando os *sites* da Contax, em Niterói – hoje fechado –, os da Contax, no Mackenzie e, por fim, no início de dezembro, o da Atento, em Madureira, fizeram importantes mobilizações, repercutindo, inclusive, na mídia. Essas ações demonstravam a disposição da categoria em lutar. Com a crescente mobilização, as empresas apresentaram uma proposta de negociação, e foi a negação a essa proposta, no dia 10 de dezembro, que impulsionou a construção da greve de 24 horas. Então, o dia 17 de dezembro foi aprovado, nas assembleias de cada local, como o dia da greve.

O repertório das paralisações, conforme podemos verificar nos canais de comunicação do sindicato, relembra o das manifestações de Junho de 2013, ao se expressar em forma de passeatas pela cidade, extrapolando os locais de trabalho, com jovens carregando cartazes com diferentes frases, abordando uma diversidade de demandas de formas

distintas e personalizadas, e aos gritos de “Vem! Vem pra luta, vem!”.

Quanto à questão organizativa da luta dos teleoperadores, é pertinente assinalar a pressão por maior participação. As disputas entre os trabalhadores mobilizados com o sindicato aconteciam, tanto nas reuniões da diretoria, quanto nas definições das mesas de negociação, quando as assembleias aprovaram que não apenas o diretor sindical responsável pelo contato com a empresa subisse para as negociações, mas que a comissão encarregada pela negociação contasse também com trabalhadores eleitos pela assembleia.

Os jovens recém-chegados no mundo do trabalho impõem, aos sindicatos, enormes desafios, pois há no jovem precariado uma carência de identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho. É difícil determinar nas mobilizações desse setor o que Tilly (2006a) chamou de “repertório de ação coletiva”, pois atualmente as continuidades e descontinuidades tornam-se cada vez mais complexas, seja pelo nível de precarização, seja pela velocidade das redes sociais, que vêm sendo “capazes de dinamizar a comunicação entre pessoas e produzir novas formas de ação” (Medeiros, 2012), segundo uma dinâmica de trocas de experiências que é cada vez mais global.

As greves em si são exemplos paradigmáticos das formas de ação sindical. Entre os encontros e desencontros de repertórios, um deles chama a atenção: no dia da greve, para garantir as paralisações, foram organizados piquetes nas portas dos *sítes*. O mais expressivo e comemorado foi o de Madureira, em que o piquete começou à meia-noite e ficou até às 6h da manhã, impedindo a entrada dos demais trabalhadores, e confirmou a expectativa de

consolidação da greve. Esses piquetes podem ser compreendidos como parte das continuidades de *performances* históricas que indicam um repertório permanente e resistente da cultura operária. Mesmo separados no tempo e por conjunturas tão distintas, os piquetes ainda são parte da *performance* necessária para o sucesso da paralisação.

Em que pese a participação do movimento estudantil nos piquetes, não foi uma política construída formalmente pela direção do sindicato, essa aliança foi fundamental para a realização da greve. O movimento estudantil ligado ao PCR, mesmo partido de Rêneo dos Santos, atuou junto aos trabalhadores no suporte aos piquetes e manifestações desde as paralisações. A ponte de relação que incorporou os jovens do movimento estudantil ao calendário de lutas dos teleoperadores foi feita por Rêneo dos Santos. Vale destacar que, tradicionalmente, as direções dos sindicatos e os diversos movimentos sociais conectam-se em parcerias de lutas, potencializando a ação de cada uma. Portanto, Rêneo retomou, no Sinttel-Rio, uma prática que a maioria da direção havia deixado de reproduzir.

Outro fator decisivo na greve dos teleoperadores, mais especificamente em sua organização e mobilização, foi o uso de meios de comunicação e interação digitais. Tal como nas Jornadas de Junho de 2013, o uso das redes sociais marcou a mobilização dos trabalhadores. Os relatos do trabalho de campo mostram o peso que os aplicativos e as redes sociais tiveram na construção e na divulgação da greve. O aplicativo de WhatsApp era a ferramenta de comunicação usada entre os núcleos de trabalhadores de cada *site* que organizavam a greve de 24 horas. Por via deles, mais teleoperadores

iam aderindo à greve e se incorporando aos grupos de WhatsApp para obter orientações de como ela seria realizada. Um elemento curioso é que o único diretor do sindicato adicionado nesses grupos era Rêneo dos Santos, o mais jovem da Diretoria Executiva e oriundo do setor do *telemarketing*.

Anos depois, a greve de 2014 ainda segue como referência nos materiais do sindicato. No chamado para a mobilização dos anos que se seguiram, contata-se a referência àquele dia. Até hoje não se repetiu nenhuma paralisação desse porte no estado do Rio. O balanço divulgado pelo Sindicato um dia depois, em 18 de dezembro de 2014, no seu canal do Youtube "WebTV Sinttel-Rio" é de que cerca de 80% a 90% da categoria parou. "Um dia histórico", como afirma o vídeo, que serviu para confirmar que é possível colocar em movimento esse setor precarizado e majoritário da base do sindicato.

Com o enfraquecimento do sindicalismo fordista, as estruturas tradicionais têm sido postas à prova, e, nesse confronto, mesmo que lentamente, suas formas de organização e mobilização têm sido reformuladas. Afinal, "os repertórios existentes corporificam uma tensão criativa entre inovação e persistência" (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009), que não são de propriedade individual dos que estão em mobilização, mas sim uma expressão de interação histórica e atual entre os mobilizados e seus opositores. Os jovens trabalhadores precários têm ocupado o espaço dos sindicatos nas mobilizações, e o movimento sindical tem identificado, neste, um setor imprescindível para o fortalecimento das lutas.

Como veremos na próxima seção, também na trajetória do movimento sindical

rodoviário carioca recente uma nova geração de militantes tem tensionado os repertórios existentes, a estrutura sindical e os meios de organização e mobilização, ainda que, diferentemente do caso dos teleoperadores, ela não seja composta, a rigor, por uma juventude.

Da refundação sindical à "greve geral" de 2014: a rebeldia dos rodoviários cariocas¹

O transporte coletivo por ônibus predomina como principal transporte público da cidade do Rio de Janeiro desde a década de 1960 (Vasconcellos, 2014). A história da luta dos trabalhadores do setor e de seu movimento sindical atravessa décadas, passando por um período em que os bondes ainda eram o principal transporte público, por outro em que os sindicatos ficaram sob intervenção dos governos civis-militares, por outro marcado pela efervescência do ativismo sindical em todo o Brasil e, finalmente, por um período marcado pela construção de uma ordem urbana neoliberal.

Entre 2000 e 2017, o setor de transporte coletivo por ônibus na cidade do Rio de Janeiro passou por um processo de mudanças que envolveu tanto as empresas e o poder público municipal, quanto os "públicos" usuários desse transporte e os trabalhadores rodoviários cariocas.² As perdas salariais e de direitos acumuladas por esses trabalhadores ao longo dos anos 2000, bem como a piora de suas condições de trabalho derivada, em parte, do aumento dos congestionamentos nas cidades e das distâncias percorridas, geraram grande

descontentamento entre eles com o sindicato que os representava, o eclético “Sindicato dos Rodoviários do Rio”. Foi, nesse contexto, marcado também pelo projeto de cidade dos megaeventos e pela concessão privada de todo o sistema de transporte coletivo por ônibus da cidade do Rio de Janeiro,³ que, em 2010, ressurgiu com grande dinamismo o movimento sindical rodoviário carioca, através de uma luta pela fundação de um novo sindicato, o Sintraturb-Rio.

Segundo o atual vice-presidente do Sintraturb-Rio, José Carlos, esse sindicato foi fundado no dia 5 de janeiro de 2009, a partir de um desmembramento do Sindicato dos Rodoviários de que fazia parte. A fundação de um novo sindicato deu-se em meio à disputa entre o grupo do então presidente Antonio Branco e o de seu principal opositor, Sebastião José. Depois de confirmada a vitória nas eleições sindicais de agosto de 2008 da chapa de situação de Antonio Branco, o grupo de Sebastião José, embasando-se no descontentamento da base dos rodoviários cariocas com a atual direção sindical – e com o sindicato existente –, passou a mobilizar esses trabalhadores pela criação de um novo sindicato, que representaria especificamente aqueles que trabalham em empresas de ônibus urbano.

Tal movimento, que correspondeu a uma verdadeira luta pela fundação do Sintraturb-Rio, mobilizando milhares de rodoviários, desempenhou ações que têm persistido historicamente no repertório da luta da classe trabalhadora, como a “greve” por meio de “piquetes”, mas também ações relativamente novas nesse meio sindical, como a circulação de um abaixo-assinado pelo reconhecimento do novo sindicato, a realização de uma assembleia em praça

pública e de uma passeata no Centro da cidade.⁴ Como resultado desse processo, em maio de 2012, o Sintraturb-Rio obteve finalmente sua Carta Sindical, passando a representar legalmente os rodoviários cariocas do segmento de ônibus urbano. Essa vitória foi percebida por muitos como a mudança que o sindicato estava precisando, seja para pôr um fim à “corrupção” do antigo sindicato, seja para reverter as perdas de direitos e salariais acumuladas nos anos 2000. Ademais, tal vitória demonstrou, aos rodoviários, em geral, e à nova geração de militantes do movimento sindical, em especial, a eficácia instrumental do repertório adotado.

Assim, esse movimento de refundação sindical atraiu, para a militância, rodoviários cujas primeiras experiências de ações coletivas se deram no âmbito desse repertório. Foram os casos dos motoristas Bahia e Fernando, hoje membros de uma das oposições sindicais, do motorista Lenine⁵ e mesmo o da cobradora Maura Lúcia, importante líder na greve de 2014 e rara figura histórica de rodoviária sindicalista mulher.

Se o período de fundação do Sintraturb-Rio foi marcado por uma rivalidade entre os que ficaram do lado do Sindicato eclético dos Rodoviários de Antonio Branco e os que aderiram ao movimento liderado por José Carlos e Sebastião José, e por inovações táticas desempenhadas por esse movimento, no período subsequente, quando o Sintraturb-Rio assumiu as negociações coletivas com o sindicato patronal, o Rio Ônibus, a tensão deslocou-se para as relações entre base e direção do sindicato e entre os novos militantes e os antigos militantes sindicais, o que repercutiu no repertório adotado.

Maura conta que assim que o Sintraturb-Rio se tornou oficialmente representante da

categoria dos rodoviários no segmento do transporte por ônibus, ela procurou saber do novo sindicato, cobrou maior diálogo dele com a base e, em seguida, foi convidada para ser uma das suplentes na diretoria executiva. Maura aceitou na expectativa de que o sindicato tivesse realmente mudado. Porém, já no primeiro processo de campanha e negociação salarial, ela se deparou com uma iniciativa da direção, mais especificamente do vice-presidente na época, de negociar a convenção coletiva “pelo alto” e apenas ratificá-la na assembleia, relegando a segundo plano a participação da base dos rodoviários. Diante disso, após ser definida a data da assembleia, Maura se voltou à base da categoria, convocando-a e defendendo a realização de uma greve.

Como resultado dessa mobilização – e, ao que parece, ainda na esteira do sucesso da renovação sindical –, em 28 de fevereiro de 2013, uma grande assembleia ocorreu no clube Guadalupe, na avenida Brasil, tendo como resultado a efetuação de uma greve, decretada por pressão intensa da base da categoria e contra a posição originalmente defendida pela direção sindical. Assim que a greve foi decretada, os rodoviários saíram do clube Guadalupe e ocuparam faixas da avenida Brasil, bloqueando parte do trânsito para manifestar, aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro e à prefeitura, a decisão tomada, desempenhando, com base no aprendizado acumulado, uma ação coletiva reivindicatória e expressiva voltada, não simplesmente às empresas de ônibus, mas à cidade e suas autoridades. Em seguida, a partir da meia-noite do dia seguinte, 1º de março, data comemorativa do aniversário da cidade, os rodoviários lançaram-se à luta por seus direitos diretamente contra o capital no transporte por

ônibus, desempenhando as ações mais persistentes de seu repertório, a saber, os piquetes nas portas de garagens das empresas e os “quebra-quebras” de ônibus em circulação. Ainda no dia 1º de março, à tarde, foi feita uma nova assembleia, que deliberou manter a greve por tempo indeterminado. À noite, porém, uma decisão da Justiça do Trabalho determinou que 80% da frota voltasse a circular, sob pena de o sindicato ser multado. No dia seguinte, o movimento perdeu força e, no domingo, em uma assembleia com menor participação de rodoviários que nas anteriores, a greve foi encerrada sem que suas reivindicações tivessem sido atendidas. Contudo, em negociação com o Rio Ônibus, posterior ao término desse movimento, o Sintraturb-Rio conseguiu fechar, graças à greve, segundo informa em publicação oficial da organização,⁶ “o melhor acordo do País”.

No processo de campanha salarial e negociação coletiva do ano seguinte, Maura conta que novamente divergiu da forma de atuação do então vice-presidente, que operava negociações “pelo alto” e dava à base social dos rodoviários um papel secundário. Ademais, segundo narra Lenine, em uma reunião de diretoria para definir a pauta que seria apresentada à categoria na próxima assembleia, Maura e o diretor do sindicato Simonide não obtiveram êxito em aprovar como pauta a proposta inspirada na bem-sucedida greve dos garis cariocas de março de 2014 de um reajuste salarial de 40% e um aumento da cesta básica para R\$400,00. Em vez disso, aprovou-se uma pauta mais moderada, e a orientação de que a direção não iria propor a realização de uma greve como tática para conquistar as reivindicações do movimento. Não obstante, Maura voltou-se à base dos rodoviários novamente

e, aberta a possibilidade, na assembleia, de que fossem sugeridas e defendidas propostas de pauta alternativas, difundiu, entre eles, a sua proposta. Três oradores diferentes a defenderam e boa parte da base dos rodoviários ali presentes aderiu a ela. Diante disso, segundo Maura, a direção do sindicato suspendeu a assembleia sem definir a pauta e, no dia seguinte, com base no estatuto, expulsou Maura e Simonide por terem se colocado em oposição à direção.

O Sintraturb-Rio, então, fechou um acordo coletivo com o Rio Ônibus. Todavia, paralelamente, Maura e outros rodoviários fizeram uma reunião “por fora” do sindicato, em um *shopping* na zona Norte, e decidiram fazer um panfleto para divulgar, entre a base da categoria, uma “reunião” ou “encontro” que fariam na praça em frente à Igreja da Candelária, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. A ideia era que, se poucos trabalhadores comparecessem, seria realizada apenas uma “conversa”, mas, se comparecesse uma quantidade razoável, eles fariam uma passeata no Centro da cidade. Desempenhavam-se, assim, mais uma vez, ações coletivas baseadas na ocupação do espaço urbano e voltadas a um público e a autoridades outras que não somente os empresários do transporte por ônibus.

Conforme a narrativa de Maura, como mais de 500 trabalhadores compareceram ao encontro na praça da Igreja da Candelária, foi feita uma passeata por importantes vias do Centro, cantando palavras de ordem, e, no final do ato, outra passeata foi convocada. O movimento expandiu-se, ganhando cada vez mais adesão dos rodoviários cariocas até que culminou na eclosão de “três greves”, que atingiram toda a cidade do Rio de Janeiro no mês de

maio de 2014. Em seu conjunto, essas greves foram chamadas pelos rodoviários cariocas de “a greve geral” de 2014.

Assim como nas greves anteriores, repetiram-se, no movimento grevista de 2014, ações como os piquetes nas portas de garagens e o “quebra-quebra” de ônibus. Também persistiram, como mencionado, as ações, inovadoras em relação ao período imediatamente anterior, baseadas na ocupação do espaço urbano e que transbordaram o âmbito do conflito interno às empresas. Entretanto, o movimento grevista de 2014 diferencia-se e singulariza-se pela sua completa independência em relação à estrutura sindical.

Isso gerou consequências. Ao eclodir a greve, conflitos emergiram em torno da questão da representatividade sindical dos rodoviários. O Sintraturb-Rio posicionou-se contrário ao movimento grevista e o classificou, segundo conta Lenine, como um “grupo de dissidentes”. O acordo coletivo de 2014/2015 já havia sido assinado. Não obstante, o sistema de transporte coletivo por ônibus da cidade do Rio de Janeiro – e a própria cidade, consequentemente – paralisava-se com a greve, o que fez com que entrasse em questão, para além do reajuste salarial, aumento dos valores dos benefícios e fim da dupla função, a legitimidade de representação sindical da categoria dos rodoviários cariocas.

É verdade que, durante o período de re-fundação sindical, a legitimidade de representação sindical esteve no cerne das disputas. Todavia, elas davam-se entre o “novo” e o “velho” sindicato. Agora, tais disputas ocorriam entre o “novo” sindicato e um movimento autônomo de trabalhadores rodoviários. Nesse sentido e levando em consideração as

inovações táticas no repertório já mencionadas, é curioso notar como o movimento sindical rodoviário carioca aproximou-se, ao longo do período analisado, das formas de ação e organização de movimentos sociais. Ações que historicamente fazem parte do repertório adotado por movimentos sociais (McAdam; Tarrow e Tilly, 2009) passaram a compor também o repertório do movimento sindical rodoviário, e a rígida estrutura tradicional dos sindicatos aparentemente passou a ser incapaz de canalizar a rebeldia desse movimento.

Sobre a rebeldia do movimento grevista de 2014, é pertinente assinalar a conexão entre o movimento e as chamadas “rebeliões de junho de 2013” (Antunes, 2018). De acordo com Braga (2017), a imensa onda de mobilização popular que tomou as ruas de dezenas de cidades brasileiras em junho de 2013 reverberou não somente na luta em torno do transporte público, mas também, menos visivelmente, no ativismo sindical brasileiro, em especial, “dos setores mais precários das classes trabalhadores do país” (p. 239). Entre 2013 e 2015, as quantidades de greves e de horas paradas por ano superaram os níveis verificados nas últimas duas décadas,⁷ de modo que, junto à eclosão de revoltas urbanas por direitos sociais, reapareceu com força a “luta econômica da classe trabalhadora mobilizada sindicalmente em defesa de melhores salários e condições de trabalho” (ibid., p. 240).

No caso dos(as) rodoviários(as) cariocas, como vimos, o ativismo sindical recuperou seu fôlego antes mesmo de junho de 2013, com o movimento de fundação do Sintraturb-Rio, entre 2009 e 2012, e com a greve de março de 2013. Todavia, a principal inspiração para a greve de 2014 foi, segundo Lenine,

a bem-sucedida greve dos garis cariocas de março de 2014, que também ocorreu “por fora” do sindicato e que se inspirou diretamente nos protestos de junho de 2013. Assim, indiretamente, a rebeldia do movimento grevista dos rodoviários cariocas de 2014 – e a de outros movimentos rodoviários grevistas⁸ – foi galvanizado pelas rebeliões de junho de 2013.

Embora a greve geral de 2014 tenha tido uma adesão bastante significativa da base da categoria, ela não foi vitoriosa. Uma das razões apresentadas por Lenine para o fracasso do movimento grevista foi a persistência no uso do mesmo repertório – composto por ações mais diretas – em um momento em que o movimento estava perdendo força. Ele avalia que, naquele momento, o movimento deveria ter investido sua energia em uma audiência pública do Ministério Público do Trabalho, que poderia levar à destituição da então direção do Sintraturb-Rio e à possibilidade de que os grevistas negociassem um novo acordo com o Rio Ônibus para encerrar a greve. No entanto, o que se fez foi insistir nos piquetes, “quebra-quebras”, passeatas, paralisações de rua até o esgotamento.

Após essa greve, o movimento sindical rodoviário da cidade do Rio de Janeiro refluíu. Até então, não havia “oposição sindical”, e o recém-criado sindicato gozava de relativo prestígio entre a base da categoria. Depois da greve, o movimento dividiu-se, e três oposições se formaram. Ademais, o contexto também estava se transformando: é em 2014 que o segundo corredor do BRT, o Transcarioca, é inaugurado; é a partir desse ano que a dupla função se generaliza e ocorrem demissões em massa; é em 2015 que ocorre a racionalização das linhas da zona Sul e que mais empresas

começam a falir; e é em 2015 que a economia nacional entra em “crise”. Tudo isso fez com que o problema da dupla função se tornasse ainda mais grave, que o tamanho da categoria fosse reduzido, que o mercado de trabalho rodoviário se deteriorasse e que o sindicato patronal, o Rio Ônibus, se tornasse mais relutante em conceder reajustes salariais.

Não obstante, a nova geração de militantes do movimento sindical amadureceu com as experiências de luta vividas entre 2009 e 2014. Isso foi decisivo para que, apesar do enfraquecimento e das divisões internas, o movimento sindical rodoviário carioca conquistasse, em novembro de 2017, a aprovação, na Câmara Municipal, de uma lei que proibia a dupla função na cidade do Rio de Janeiro e que impedisse, realizando uma nova greve em meados de 2018, a introdução, na Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019, de cláusulas possibilitadas pela “Reforma Trabalhista” aprovada em 2017, que precarizariam ainda mais as relações de trabalho dos rodoviários.

Considerações finais

Desde o último quartil do século XX, o mundo tem passado por grandes mudanças no âmbito da sociedade e do capital. Tais mudanças têm afetado, como já mencionado, padrões econômicos, políticos, sociais e culturais, transformando relações, condições e processos de trabalho em todo o globo, bem como a morfologia da classe trabalhadora (Antunes, 2018). O mundo do trabalho tem se tornado mais precário, tanto nos países centrais quanto nos periféricos. No Rio de Janeiro do século XXI, a indústria de *call center* e o setor de transporte

coletivo por ônibus urbano são exemplos de precarização do trabalho, que aqui foram apresentados sob o ponto de vista das formas e dinâmicas de ação coletiva, ou das respostas do movimento sindical a essas mudanças de caráter mais amplo.

Nos dois casos estudados, a da greve dos teleoperadores de 2014 e a das greves dos rodoviários de 2013 e 2014, observamos que novas gerações de militantes sindicais entraram em cena, tensionando-se com as gerações mais antigas. No caso dos teleoperadores, tal tensão se deu literalmente entre uma geração jovem, representada por Rêneo dos Santos, e outra mais velha, referenciada na luta do “novo sindicalismo”, que há décadas dirigia o sindicato. Já, no caso dos rodoviários, a nova geração de militantes sindicais rodoviários que emergiu nos anos 2010 não era jovem, mas nova no movimento sindical.⁹ Não obstante essa diferença, o ponto crucial a ser destacado é o de que, em ambos os movimentos, entravam em cena atores que não compartilhavam das mesmas formas de agir e se organizar – ou da mesma cultura política – dos sindicalistas mais velhos e experientes.¹⁰

Por um lado, isso significava que essas novas gerações desconheciam ou tinham menor proximidade com o repertório mais permanente e resistente da classe trabalhadora, bem como com o *modus operandi* tradicional do movimento sindical. Por outro, isso dava, a essas gerações, maior abertura a formas contemporâneas de agir e se organizar mais amplas que as do meio sindical. As inovações táticas que pudemos observar em ambos os movimentos convergem no sentido de misturarem formas de ação desse repertório mais permanente e resistente da classe trabalhadora com formas

de ação usuais de repertórios de movimentos sociais urbanos.¹¹ Assim, nos casos estudados, aos tradicionais piquetes se combinaram as manifestações de rua, as passeatas e o direcionamento das reivindicações da categoria a públicos mais amplos e difusos.

Além disso, em sintonia com as mudanças de caráter mais amplo que mencionamos, mais do que uma tensão entre gerações de sindicalistas, é possível observar uma tensão entre as novas gerações e a própria estrutura organizacional do sindicato. Não por acaso, emergiu com força entre os rodoviários cariocas o movimento de refundação sindical, em 2009, e, frustrando-se as expectativas em torno desse novo sindicato, despontou com grande dinamismo a “greve geral” por fora e contra ele, em 2014. Muito semelhante também com o caso dos operadores de *telemarketing* no qual foi necessário existir um movimento autônomo em relação ao sindicato para ser observado com atenção por ele. Ao que nos parece, a estrutura tradicional dos sindicatos, com é a do Sinttel-Rio e a do Sintraturb-Rio, tornou-se insuficiente para atender aos anseios e para contemplar a forma de ser da classe trabalhadora hoje.

Nesse sentido, uma questão crucial a ser desenvolvida diz respeito à potência do uso de ferramentas digitais diversas pelos movimentos sindicais – e pelos sindicatos, mais especificamente – como meio de organizar, engajar e mobilizar os trabalhadores. Vimos que o uso das redes sociais e do aplicativo WhatsApp foi crucial na realização da greve dos teleoperadores. Os grupos digitais de funcionários, as listas de transmissão do WhatsApp e o compartilhamento de conteúdos foram instrumentos amplamente utilizados por esses trabalhadores e serviram para mobilizar e comunicar ampla e

rapidamente as decisões tomadas. Esse uso extensivo é diretamente conectado com a questão etária: as novas gerações manuseiam as novas tecnologias com a desenvoltura de quem fez isso a vida inteira. No caso dos rodoviários cariocas, apesar de não termos constatado o uso massivo das redes sociais e do WhatsApp nas greves de 2013 e 2014, sabemos que nos últimos anos esses meios de comunicação têm sido fundamentais nas lutas do movimento.

Assim, mesmo que o debate sobre revitalização sindical – muito comum na academia do globo norte – ou da crise dos sindicatos – mais presente na discussão latino-americana – não seja exatamente novo, a continuidade do aprofundamento da lacuna base *versus* sindicato imposta pelas transformações globais do capital faz com que essa discussão volte para a ordem do dia, mesmo em sindicatos historicamente combativos. A existência de sindicatos ditos cartoriais, inativos no engajamento da categoria, é um problema que existiu em toda a história da representação de trabalhadores no Brasil. Mas o que surpreende são sindicatos e as direções, outrora engajadas, em boa medida burocratizadas e envelhecidas.

Os casos apresentados também evidenciam criações de repertório. O uso de táticas oriundas do movimento social recente, como o uso de cartazes com diferentes dizeres mais individualizados, o uso extensivo das redes sociais como ferramenta de mobilização e a experimentação de mecanismos mais democráticos e participativos de negociação foram amplamente usados e podem apontar saídas criativas para a atualização sindical.

Entretanto, se os casos apresentados neste artigo enfatizam o potencial criador e inovador de tensões produzidas entre novas e

velhas gerações de militantes sindicais, ainda é cedo para afirmar que estamos em meio à transição para um novo modelo de sindicalismo, baseado em novas formas e dinâmicas de ação coletiva. Essas novas gerações podem, em vez de inovarem, acomodarem-se à estrutura vigente do sindicato. Contudo, ao procederem assim, persistirá a inadequação dessa organização com os trabalhadores que representa e, conseqüentemente, a tensão entre o novo já velho e um novo cujo futuro está em aberto.

A entrada dos jovens no mercado de trabalho marcada pela flexibilização dos direitos trabalhistas é um fato que pode indicar a explicação do peso relativo do proletariado precarizado, em especial o jovem, na participação dos protestos pós-crise de 2008 pelo mundo. Mesmo quando comparamos a trajetória dos pais com a conquista de empregos formais de carreiras estáveis para com as trajetórias atuais colocadas à maioria dos jovens, entendemos o que Standing (2014) alertava ao afirmar que os jovens hoje têm uma trajetória marcada pela frustração, e isso pode estar na raiz dessa inquietação social que os atinge.

Afinal, são os jovens que mais encontram dificuldades de conseguir emprego, engrossando as fileiras dos desempregados, dos serviços precários e informais. Na manifestação de 20 de junho de 2013, marcada pelo protagonismo popular e juvenil, a pesquisa da empresa de consultoria "Plus Marketing" sobre o perfil dos manifestantes constatou que cerca de 70,4% deles se encontravam no mercado de trabalho e destes 34,3% ganhavam até um salário mínimo. Entre os que ganhavam dois e três salários mínimos, estavam 30,3%. Podemos então afirmar que 64% das dezenas de milhares de pessoas que participaram das manifestações

naquele dia são parte da classe trabalhadora urbana precarizada, como são exemplos os trabalhadores do *call center* e rodoviários.¹²

Além da juventude, nesse *novo ciclo grevista* também entram em cena outros novos atores. No caso dos rodoviários, uma categoria em que a juventude não é tão numericamente relevante quanto a do teleatendimento, trabalhadores que nunca foram sindicalistas foram protagonistas e movimentaram as estruturas, realizando uma greve à revelia da direção da categoria. Talvez esse seja o principal encontro dos dois casos: greves corajosas que não se limitaram à inércia das suas direções. É o recado dos jovens e dos jovens sindicalistas precários: uma nova ousadia para fazer sindicalismo é preciso, novos repertórios de luta e a ressignificação de antigas formas.

Percebemos que essa nova geração de trabalhadores precários urbanos está ocupando cada vez mais a cena e movimentando uma das mais importantes organizações tradicionais de representação da classe trabalhadora: o movimento sindical. A crise que esse movimento passou e passa, nesse sentido, não significou seu fim; pode significar seu ressurgimento, seu fortalecimento, mas agora baseado em uma nova forma de luta: mais aberta e conectada com a realidade dos trabalhadores.

O novo sindicalismo, que surgiu no final de 1970, modificou as estruturas do movimento sindical as adequando para o seu tempo. Contemporaneamente, com todas as recentes transformações do capitalismo e seu modelo de acumulação, desenha-se um novo momento em que, como no passado, uma nova geração enfrenta as amarras e o envelhecimento da geração anterior. Sejam esses novos atores literalmente jovens, como os teleoperadores,

sejam apenas novos no sindicalismo, como os rodoviários, a renovação é uma força irreversível e necessária para a própria sobrevivência do movimento sindical. Os trabalhadores precários têm ocupado o espaço dos sindicatos nas mobilizações, e o movimento sindical tem identificado neste, um setor fundamental para

o fortalecimento das lutas. Acreditamos que é da qualidade da ação coletiva desse sujeito precarizado que depende o nosso futuro. Cabe, nos próximos anos, a atenção intelectual e militante para perceber se essas novas gerações em luta e seus sindicatos aproveitarão essa oportunidade histórica de resistirem.

[I] <https://orcid.org/0000-0003-3068-8216>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.
carlostakashi1@gmail.com

[II] <https://orcid.org/0000-0003-1031-3345>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.
camilasouzamenezes@gmail.com

[III] <https://orcid.org/0000-0003-1338-8756>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro, RJ/Brasil.
nataliacindra@gmail.com

Notas

(*) Esse artigo é um produto do projeto de pesquisa *Formas e dinâmicas da ação coletiva no Brasil recente: tensão criativa e inovações táticas na relação juventude trabalhadora e sindicatos*, coordenado pelo professor doutor Marco Aurélio Santana.

(1) Esta seção é produto não somente do projeto de pesquisa “Formas e dinâmicas da ação coletiva no Brasil recente: tensão criativa e inovações táticas na relação juventude trabalhadora e sindicatos”, mas também da dissertação de mestrado *Dupla Função, Dupla Tensão: vida, trabalho e luta dos(as) rodoviários(as) cariocas no início do século XXI*, publicada por Carlos Takashi Jardim da Silveira no ano de 2018. Para informações sobre a metodologia de pesquisa, ver Silveira (2018).

- (2) Sobre esse processo de mudanças do sistema de transporte coletivo por ônibus, na cidade do Rio de Janeiro, ver Silveira (2018).
- (3) Sobre a concessão privada de todo o sistema de transporte coletivo por ônibus da cidade do Rio de Janeiro, ver Matela (2014).
- (4) Dizemos “relativamente novas” para especificarmos que tais ações são vistas como inovações táticas em relação às táticas adotadas no período imediatamente anterior, isto é, nos anos 2000. Nas décadas de 1980 e 1990, vários movimentos sindicais desempenharam ações na rua como parte de seus repertórios.
- (5) Nome fictício adotado para preservar a privacidade e a segurança do entrevistado.
- (6) Mais especificamente, tal opinião está expressa no artigo “História dos 8 anos do Sintraturb-Rio”, em *Direção Segura*, Edição Especial 8 anos, set 2016, pp. 26-41.
- (7) No que concerne a esses dados, Braga (2017) cita o relatório do Dieese, *Balanço das greves em 2013*, em *Estudos e Pesquisas*, n. 79, dez. 2015.
- (8) Cidades como Florianópolis, São Luís, Salvador, São Paulo e mesmo outras cidades do estado do Rio de Janeiro, como São Gonçalo, também contaram com greves de rodoviários no mês de maio de 2014, o que parece indicar não somente a validade da hipótese de Braga (2017) de que a onda de manifestações de junho de 2013 galvanizou o ativismo sindical no Brasil, como também que os movimentos sindicais rodoviários dessas várias cidades contagiaram-se entre si, em maio de 2014.
- (9) Um ponto digno de nota aqui é a rara presença de uma líder rodoviária cobradora feminina. Até onde pudemos pesquisar sobre a história do movimento sindical rodoviário carioca, não há tal precedente.
- (10) É curioso observar que, no caso dos rodoviários cariocas, a nova geração de militantes sindicais constituiu-se a partir de um movimento liderado por sindicalistas mais velhos e experientes que adotaram um repertório mais inovador para fundar um novo sindicato com uma velha estrutura. A renovação só etária não é suficiente.
- (11) E que formas e dinâmicas de ação coletiva foram mais influentes no Brasil e no mundo no início dos anos 2010 do que a de diversos movimentos sociais urbanos?
- (12) A pesquisa citada, apesar de ser amplamente usada e uma das poucas feitas com metodologia confiável ao longo dos protestos das jornadas de junho, tem uma amostragem pequena. Por isso, para o presente artigo é uma referência da composição, um instrumento que ilustra a composição também confirmada qualitativamente por outros pesquisadores, como Braga (2017).

Referências

- ALONSO, A. (2012). Repertório, Segundo Charles Tilly: História De Um Conceito. *Revista Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 21-41.
- ANTUNES, R. (2011). *O continente do labor*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (org.). (2014). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. São Paulo, Boitempo.
- ANTUNES, R. e BRAGA, R. (orgs.). (2009). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2013). Los días que conmovieron a Brasil. Las rebeliones de junio-julio de 2013. *Herramienta*. Buenos Aires, n. 53, pp. 9-21.
- BEAUD, S. e PIALOUX, M. (2006). Rebeliões urbanas e a desestruturação das classes populares (França 2005). *Tempo Social*. São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 37-59.
- _____. (2009). *Retorno à condição operária – investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo, Boitempo.
- BOITO JÚNIOR, A. (1991). *O sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo, Hucitec/Editora da Unicamp.
- BRAGA, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2017). *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global*. São Paulo, Boitempo.
- BRAGA, R. e SANTANA, M. A. (2015). Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. *Cad. CRH*. Salvador, v. 28, n. 75, pp. 529-544.
- BURAWOY, M. (1990). A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 5, n. 13, pp. 29-50.
- _____. (2005). For public sociology. *American Sociological Review*. Chicago, v. 70, n. 1, pp. 4-28.
- CINDRA, N. (2018). *Representação sindical da juventude trabalhadora: o caso das trabalhadoras e dos trabalhadores do comércio e de telecomunicações no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- EVANS, P. (2014). National movements and transnational connections: global labor's evolving architecture under neoliberalism. *Global Labour Journal*. Hamilton, v. 5, n. 3.
- HUWS, U. (2009). "A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real". In: ANTUNES, R. e BRAGA, R. (orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo.
- JATAHY, P. (2013). *Sindicalismo nos anos 2000: a trajetória do Sinttel-Rio em um contexto pós-privatizações e de mudanças no cenário sindical brasileiro*. Rio de Janeiro, PPGSA/UFRJ.
- MATELA, I. P. (2014). *Transição regulatória no transporte por ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Letra Capital.

- McADAM, D.; TARROW, S. e TILLY, C. (2009). Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*. São Paulo, v. 76, pp. 11-48.
- MEDEIROS, L. S. (2012). Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 4, n. 7, pp. 7-31.
- RODRIGUES, M. C. (2016). *Reestruturação, precarização e resistência nas telecomunicações do Rio de Janeiro: o trabalho no “campo de batalha”*. Rio de Janeiro, Editora UERJ.
- SANTANA, M. A. (1998). O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 10-11, pp. 19-35.
- _____. (2012). “Labor, workers, and politics in contemporary Brazil: 1980-2010”. In: GORSHKOV, M. K.; PEILIN, L.; SCALON, C. e SHARMA, K. L. (orgs.). *Handbook on Social Stratification in the BRIC Countries: Change and Perspective*. Canadá, World Scientific Publishing, pp. 87-110.
- _____. (2015). Para onde foram os sindicatos?. *Cad. CRH*. Salvador, v. 28, n. 75, pp. 453-456.
- SANTANA, M. A. e PERES, I. (2013). Capitalismo, cidade e política na perspectiva de David Harvey. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, pp. 151-174.
- SANTANA, M. A. e RAMALHO, J. R. (2003). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo.
- SILVA, M. C. (2010). *SINTEL/RJ 1984-2009. Uma fotobiografia de 25 anos de ação*. Rio de Janeiro, Sinttel.
- SILVEIRA, C. T. J. (2018). *Dupla função, dupla tensão: vida, trabalho e luta dos(as) rodoviários(as) cariocas no início do século XXI*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- STANDING, G. (2014). *O Precariado: a nova classe perigosa*. Rio de Janeiro, Presença.
- TANIGUTI, G. T.; TSUNODA, F. S. e SANTOS, W. E. F. (2012). Entrevista com Michael Burawoy. *Plural*. São Paulo, v. 19, n. 1, pp.149-159.
- TILLY, C. (2006a). *Regimes and repertoires*. Chicago, University of Chicago Press.
- _____. (2006b). *Why? What happens when people give reasons... and why*. Princeton, Princeton University Press.
- TILLY, C. e TARROW, S. (2015). *Contentious politics*. Nova York, Oxford University Press.
- TOMIZAKI, K. (2005). *Ser metalúrgico no ABC: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora*. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- VASAPOLLO, L. (2005). *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo, Expressão Popular.
- VASCONCELLOS, E. A. (2014). *Políticas de transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente*. Barueri, Manole.

Texto recebido em 15/mar/2019
 Texto aprovado em 12/maio/2019

